

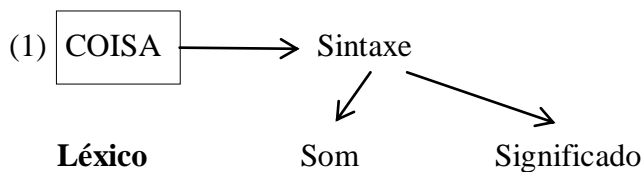
MARANTZ, Alec. Sem escapatória da Sintaxe: não tente fazer análise morfológica na privacidade do seu próprio léxico. *ReVEL*, vol. 13, n. 24, 2015. Traduzido por Gabriel de Ávila Othero e Maria Cristina Figueiredo-Silva. [www.revel.inf.br].

SEM ESCAPATÓRIA DA SINTAXE: NÃO TENDE FAZER ANÁLISE MORFOLÓGICA NA PRIVACIDADE DO SEU PRÓPRIO LÉXICO¹

Alec Marantz²

ma988@nyu.edu

A maior parte das teorias gramaticais contemporâneas adota uma organização geral em que os constituintes elementares são tirados de um lugar chamado “Léxico” para serem compostos no componente sintático, como vemos em (1):



Léxico (puro): o lugar de onde são tirados os itens para o componente sintático; a fonte dos itens usados pelo sistema computacional da sintaxe.

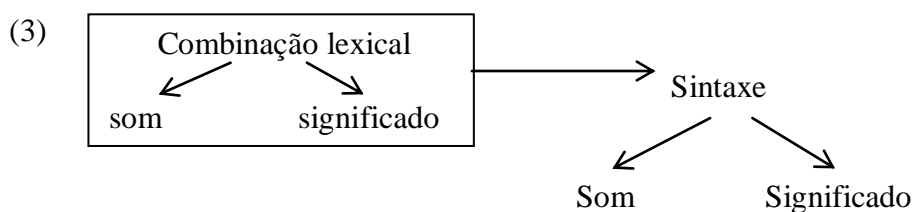
Ainda que não seja um ponto controverso que nosso conhecimento sobre a linguagem inclui uma lista de elementos atômicos para a composição sintática, a posição “Lexicalista” está, evidentemente, associada a uma afirmação mais forte sobre a fonte dos blocos de construção para a sintaxe, tal como vemos em (2).

¹ Publicado originalmente como MARANTZ, A. No Escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, vol. 4, issue 2, article 14, 1997. Os tradutores agradecem ao prof. Alec Marantz pela autorização gentilmente concedida para esta tradução. Por recomendação do próprio autor, alertamos que, infelizmente, ele não pôde fazer uma leitura crítica desta tradução por não ter conhecimentos suficientes em língua portuguesa. Os tradutores ainda agradecem pela colaboração dos colegas Ana Paula Scher, Luiz Carlos Schwindt, Sergio Menuzzi e Vítor Nóbrega com o auxílio à tradução de alguns pontos do texto.

² Professor de Linguística e Psicologia da New York University – NYU.

(2) **Lexicalismo**: as palavras são criadas no Léxico por processos distintos dos processos sintáticos de colocação de palavras/morfemas juntos. Alguma fonologia e algumas conexões entre estrutura/significado são derivadas no léxico, ao passo que outros aspectos da fonologia e das relações estrutura/significado são derivados durante a sintaxe (e também depois dela).

O Lexicalismo argumenta que a sintaxe manipula palavras internamente complexas; e não unidades atômicas não analisáveis. A ideia principal do Lexicalismo pode ser resumida da seguinte maneira: todos concordam que deve existir uma lista de conexões entre som e significado para os blocos de construção atômicos da linguagem (i. e. os “morfemas”). Também deve existir uma lista de propriedades idiossincráticas associadas aos blocos de construção. Talvez o local de armazenamento das conexões entre som e significado e o local de armazenamento da informação idiossincrática associada aos blocos sejam o mesmo. Talvez a distinção entre esse local de armazenamento unificado e o sistema computacional da sintaxe possa ser usada para correlacionar e localizar várias outras distinções importantes: sintaxe X “sem sintaxe”; regras fonológicas “lexicais” X regras fonológicas que se aplicam a sintagmas e outros domínios; composição previsível X composição imprevisível, etc. A sintaxe está para a disciplina; o léxico, para a indisciplina (cf., por exemplo, Di Sciullo e Williams, 1987). A visão Lexicalista do Léxico computacional pode ser representada tal como aparece em (3), em que tanto o Léxico como a Sintaxe ligam som e significa. E fazem isso relacionando sistematicamente o som e o significado de constituintes complexos ao som e ao significado de suas partes constitutivas.



A suspeita que subjaz à ideia central do Lexicalismo é a seguinte: sabemos coisas sobre as palavras que não sabemos a respeito de sintagmas e sentenças; o que sabemos sobre as palavras é como aquilo que gostaríamos de dizer que sabemos sobre os morfemas (atômicos). Este artigo traz a seguinte novidade para o leitor: o Lexicalismo está morto, enterrado, extinto, não existe mais... Aquela suspeita subjacente estava errada, e a ideia

central não funcionou. Esse fracasso não é geralmente aceito e reconhecido, porque ninguém dá ouvidos aos morfólogos. Todo mundo que trabalhou com a questão de domínios – quais são os domínios para as regras “fonológicas lexicais”, quais são os domínios dos “significados especiais”, quais são os domínios das correspondências aparentemente especiais entre estrutura e significado – sabe que esses domínios não coincidem com a “palavra” e, na verdade, não se correlacionam (exatamente) entre si. Mas as pessoas que trabalham com domínios do tamanho da palavra são os morfólogos, e quando os morfólogos falam, os linguistas tiram um cochilo.

Este artigo está organizado como segue: abrimos com um Prefácio que pode ser intitulado “Morfologia Distribuída” ou “a alternativa que nos permite jogar fora o Lexicalismo, de uma vez por todas”. A seção 2 explica “Por que sons especiais, significados especiais e as correspondências especiais entre estrutura e significado não coincidem com a palavra”, ou seja, por que o maior argumento das abordagens lexicalistas da gramática está equivocado. Finalmente, a seção 3 visita a suposta fonte da “hipótese lexicalista” e explica por que o texto “Remarks on Nominalization” (Chomsky, 1970), ao invés de lançar o Lexicalismo, fornece um argumento fulminante contra o Léxico do Lexicalismo. (Encontro alguns dos pontos de que trato aqui neste texto já prefigurados, em um contexto diferente, mas de certa forma relacionado a este, em Schmerling, 1983).

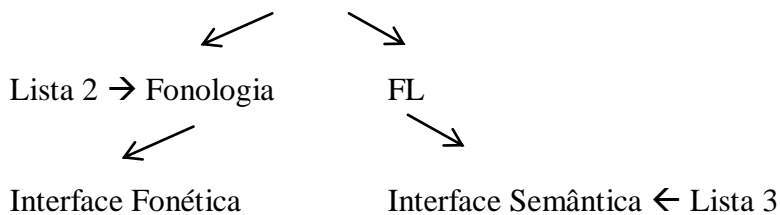
1. PREFÁCIO: MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA

Para muitos, o Lexicalismo parece inevitável, já que a maior parte das teorias gramaticais bem articuladas aceita o léxico computacional tal como aparece em (2). Entretanto, o modelo da Morfologia Distribuída (veja, por exemplo, Halle & Marantz, 1993) fornece uma alternativa que permite vislumbrar uma gramática sem pressupostos lexicalistas. Qualquer teoria deve incluir uma ou mais listas de elementos atômicos que o sistema computacional da gramática pode combinar para formar unidades maiores. A Morfologia Distribuída explode o Léxico e inclui um número de várias listas distribuídas, não computacionais, como forma de substituir o Léxico. A estrutura da gramática sem o Léxico (unificado) pode ser representada como em (4). A primeira lista em (4), a Lista 1, ou o “léxico estrito” (*narrow lexicon*), substitui mais diretamente o Léxico, uma vez que ela fornece as unidades com as quais a sintaxe opera. Essa Lista 1 contém as raízes atômicas da língua e os feixes atômicos de traços gramaticais. Para o momento, não é importante saber se as raízes nessa lista carregam ou não suas formas fonológicas – ou se são identificadas por elas; a

questão da inserção tardia (*late insertion*) das raízes pode ser separada de outros assuntos na organização da gramática (veja Marantz, 1993, para discussão da “inserção tardia”). Os conjuntos de traços gramaticais são determinados pela Gramática Universal e talvez por princípios particulares (mas abrangentes) das línguas. Já que esses conjuntos são formados livremente, sujeitos aos princípios de formação, a Lista 1 é “gerativa”.

(4) Estrutura da gramática

Lista 1 → Sistema computacional (Sintaxe)



(Sistema Computacional = “concatenar e mover”, *merge and move*)

A segunda lista em (4), a Lista 2, ou o “Vocabulário”, fornece as formas fonológicas para os nós terminais da sintaxe (tanto para raízes como para feixes de traços gramaticais, a menos que as raízes venham com suas formas fonológicas do léxico estrito). O Vocabulário inclui as conexões entre os conjuntos de traços gramaticais e os traços fonológicos e, assim, determina as conexões entre os nós terminais da sintaxe e suas realizações fonológicas. O Vocabulário não é gerativo, mas é expansível. Os itens do Vocabulário são subespecificados no que diz respeito aos traços dos nós terminais da sintaxe; eles competem pela inserção nos nós terminais; e o item mais altamente especificado que não entra em conflito nos traços com o nó terminal que vence a competição. Como argumenta corretamente Anderson (1992) contra as abordagens lexicalistas da morfologia flexional (como a de Lieber, 1992), a subespecificação gramatical das realizações fonológicas dos morfemas impede a construção de formas flexionadas através da combinação de morfemas e percolação de traços (veja discussão a respeito em Halle & Marantz, 1993).

A substituição final do Léxico em (4) é a Lista 3, ou a “Enciclopédia” – a lista de significados especiais. A Enciclopédia lista os significados especiais de raízes particulares, relativas ao contexto sintático das raízes, dentro de domínios locais (tal como descrito a seguir). Assim como o Vocabulário, a Enciclopédia não é gerativa, mas é expansível.

Uma questão em aberto e muito importante é determinar quanto de informação sobre as raízes está presente no léxico estrito (por exemplo: o léxico estrito contém informação suficiente para identificar raízes particulares ou contém apenas informação sobre classes de raízes, do tipo discutido na seção 3?). Além disso, será que as formas fonológicas das raízes estão entre os itens do vocabulário? E será que (e como é que) a escolha particular de uma raiz a partir do léxico estrito ou do Vocabulário alimenta a interpretação semântica? A questão sobre se as raízes, como todos os morfemas gramaticais, estão sujeitas à “inserção tardia” (depois da inserção pós-sintática) é ortogonal à questão sobre a existência ou não de um léxico computacional (isto é, não existe uma coisa como um léxico computacional motivado independentemente). (Para discussão adicional sobre a inserção tardia de raízes, cf. Marantz, em preparação).

A fim de imaginar uma teoria em que a gramática constrói todas as palavras na sintaxe por meio dos mesmos mecanismos gerais com que constrói os sintagmas (“concatenar e mover”; ver Chomsky 1995), é útil adotar a hipótese natural de que a obtenção, por meio da operação “concatenar”, dois constituintes, de uma categoria de nível zero (uma unidade similar a uma palavra) ou de uma categoria sintagmática depende (das categorias) dos constituintes envolvidos, e não da operação “concatenar” em si. Ou seja, não há razão para não se construírem palavras na sintaxe através de “concatenar” (combinações binárias simples), na medida em que não existam princípios especiais de composição que separem a combinação de palavras em sintagmas da combinação de morfemas em palavras.

2. POR QUE SIGNIFICADOS ESPECIAIS, SONS ESPECIAIS E A CORRESPONDÊNCIA ESTRUTURA/SIGNIFICADO NÃO COINCIDEM NA PALAVRA

Lembre-se de que a reivindicação do Lexicalismo é pelo *status* especial de unidades do tamanho de palavras; ou seja, as mesmas unidades que servem como os elementos básicos da composição sintática também servem como domínio para alguma outra coisa. Nesta seção, nós rejeitamos a correlação proposta da unidade palavra com uma variedade de possíveis outras coisas: som especial, significado especial ou correspondências especiais entre som e significado.

2.1 SOM ESPECIAL: O LÉXICO COMO O LUGAR DE PALAVRAS PROSÓDICAS OU DE “REGRAS FONOLÓGICAS LEXICAIS”

Para começar, vamos supor que unidades de diferentes tamanhos desempenhem um papel na fonologia (veja, por exemplo, a fonologia prosódica). Vamos supor, além disso, que uma dessas unidades é a “palavra fonológica” (=Palavra) e que, dentro de cada teoria discutida na literatura, é razoavelmente bem compreendido quais são as unidades “lexicais” usadas pela sintaxe (=Itens Lexicais). Seguindo essas suposições, o Lexicalismo afirma que Palavras sejam os Itens Lexicais, ou seja, que alguma unidade de importância fonológica corresponda à unidade básica da composição sintática. Contudo, na fonologia lexical e na morfologia, ninguém jamais argumentou que Palavras coincidem com Itens Léxicos (isto é, como questão de um fato empírico, em casos em que algum problema pudesse ter aparecido). A lição geral dos estudos em fonologia prosódica é que a estrutura sintática não é idêntica à estrutura prosódica em nenhum nível, incluindo o nível da Palavra (ou seja, é sempre necessário *construir* a estrutura prosódica a partir da estrutura sintática – ou “mapear” a estrutura sintática na estrutura prosódica).

Apesar de os Itens Lexicais poderem não ser Palavras fonológicas, eles ainda podem servir como unidades fonológicas se forem o domínio próprio de um conjunto particular de regras fonológicas, as “regras fonológicas lexicais” (caracterizadas, pelo menos, pela possibilidade de gatilhos morfológicos e exceções). Nos lugares em que se discute se a “fonologia lexical” se aplica apenas aos Itens Lexicais, a evidência sugere que o Item Lexical frequentemente é uma unidade pequena demais para a fonologia lexical (cf. Hayes, 1990). Eu suspeito que uma análise cuidadosa possa provar que o Item Lexical também é, às vezes, um domínio grande demais para a fonologia lexical, ou seja, que unidades sintáticas de nível zero, por vezes, incluem domínios para a fonologia frasal pós-lexical.

Contudo, para efeito de argumentação, vamos supor que o Item Lexical na verdade tenha conseguido provar que ele é o domínio adequado para as regras lexicais fonológicas, se é que existe essa classe de regras. Mesmo se esse fosse o caso, toda a fonologia (incluindo aí a fonologia “lexical”) poderia ser feita depois da sintaxe, e não haveria qualquer razão para construir as Palavras no Léxico (como um local de armazenamento de itens para serem usados na sintaxe). Para que o léxico computacional dos lexicalistas pudesse ser defendido, seria preciso mostrar que a Palavra corresponde a algum domínio especial relevante para a sintaxe e para a FL – por exemplo, relevante para significados especiais ou para correspondências especiais entre som e significado.

2.2 SIGNIFICADO ESPECIAL: O LÉXICO COMO O LUGAR DO CONHECIMENTO IDIOSSINCRÁTICO SOBRE “PALAVRA”

A ideia aqui para o Lexicalismo é a seguinte: o Léxico fornece correspondências entre som e significado para unidades do tamanho da palavra, ao passo que a sintaxe fornece tais correspondências para construções feitas por palavras. Existe um *continuum* entre os significados de morfemas atômicos e, pelo menos, palavras formadas derivacionalmente, que termina abruptamente no nível da palavra. Então, as palavras podem ter significados especiais, do tipo que as raízes podem ter, mas as estruturas derivadas sintaticamente devem ter significados previsíveis com base no significado de suas partes e de sua estrutura interna.

Para avaliarmos essa ideia, devemos nos perguntar se os significados especiais de “expressões idiomáticas” são diferentes dos significados especiais de palavras derivadas (por exemplo, “transmissão”). Os lexicalistas predizem que os significados especiais das palavras devem ser realmente especiais e não equivalentes aos significados idiomáticos da combinação de palavras. Contudo, como Jackendoff (1996) recentemente nos fez lembrar, não há uma divisão exata entre os significados especiais das palavras e os significados especiais dos sintagmas; tampouco tem havido qualquer tentativa sistemática para se argumentar o contrário. As estruturas idiomáticas, variando de construções com “verbo leve” como mostramos em (5), até uma frase feita como “O João bateu as botas”, apresentam as mesmas propriedades de significados especiais para as raízes em contexto, assim como acontece com as palavras derivadas.

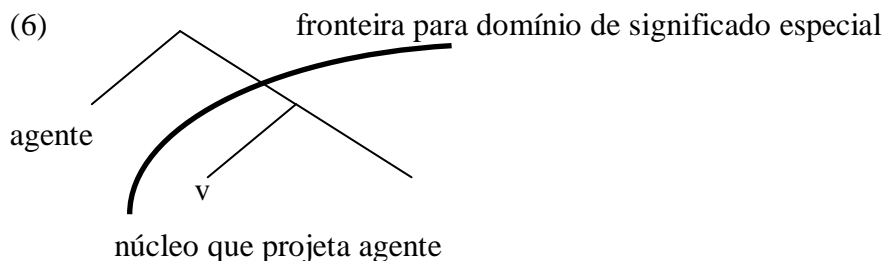
- (5) a. Dar uma lida
- b. Dar uma dormida
- c. Dar uma mijada
- d. Dar uma escorregada
- e. Dar uma olhada
- f. Dar uma checada

Parece absoluta e obviamente verdadeiro que não há uma divisão exata entre os significados especiais de sintagmas e de palavras. Mas, de alguma forma, esse fato não tem sido um incômodo para a teoria lexicalista. A falta de impacto dessa verdade fundamental parece estar relacionada ao problema de se tirar conclusões a partir de comportamentos pouco regulares. Se uma estrutura de qualquer tamanho pode significar qualquer coisa, em uma

“expressão idiomática”, não parece que há muito aqui sobre o que construir um argumento. Por isso, Jackendoff, por exemplo propõe a expansão do léxico para que inclua também expressões idiomáticas. Os significados especiais das palavras não são, por si próprios, argumentos em favor de um Léxico, mas os significados especiais de sintagmas não parecem argumentar contra ele.

Contudo, podemos ter um argumento muito mais forte contra o *status* especial das palavras a partir dos significados especiais, porque não é verdade que uma estrutura de qualquer tamanho possa ter qualquer significado. Pelo contrário, as raízes podem ter significados especiais (na verdade, elas *devem* ter significados “especiais”, já que são definidas como os elementos cujos significados não são completamente determinados por seus traços gramaticais) no contexto (sintático) de outros elementos **dentro de um domínio de localidade**. Os domínios de localidade para significados especiais são definidos sintaticamente. Uma vez que a estrutura fonológica da palavra é criada pós-sintaticamente (veja (4), acima) e que muitos núcleos funcionais e morfemas gramaticais podem estar agrupados dentro de uma única palavra fonológica, esses domínios de localidade podem, por vezes, ser menores do que uma palavra (fonológica), o que significa que algumas palavras – assim como alguns sintagmas – **não podem** ter significados especiais, ou seja, não podem ser “expressões idiomáticas”.

Na verdade, os domínios de localidade para os significados especiais perpassam por toda a Palavra; algumas vezes esculpindo estruturas menores do que a Palavra, outras, maiores. Eu ainda não consegui vislumbrar nada parecido com a teoria completa da localidade para os significados especiais, mas descobri que a literatura tem demonstrado de maneira conclusiva um limite de tais domínios: o núcleo sintático que projeta agentes define um domínio de localidade para significados especiais. Nada acima desse núcleo pode servir como contexto para o significado especial de uma raiz abaixo desse núcleo e vice-versa.



A identificação do núcleo que projeta um agente como a fronteira para os domínios de significados especiais faz várias previsões que já tem recebido suporte de estudos empíricos:

(7)

- a. Não há expressões idiomáticas com agentes fixos (raiz na posição de agente, contexto para o significado especial dentro do VP).
- b. Não há expressões idiomáticas passivas-eventivas, mas é possível haver expressões estativas não eventivas.
- c. Não há expressões idiomáticas com morfema causativo e verbo agentivo mais baixo, mas é possível haver expressões idiomáticas com causativo e verbo não agentivo mais baixo.

A primeira predição em (7a) é uma versão mais refinada de uma afirmação em Marantz (1984) sobre o fato de não existirem expressões idiomáticas com argumentos externos fixos, mas com argumento interno. A real generalização é que as expressões idiomáticas não podem incluir peças agentivas (“fixas”). Então, “A vaca foi pro brejo” deve ser não agentivo, uma vez que “a vaca” é uma parte fixa dessa expressão. Isso se segue de (6), porque, para uma expressão idiomática incluir um agente fixo, o material da raiz no sintagma agentivo estaria recebendo um significado especial (da Enciclopédia), no contexto de alguma estrutura ou material abaixo do núcleo que projeta a posição do agente – isto é, passando sobre uma barreira de localidade para a determinação de um significado especial.

A segunda afirmação (7b) pode ser vista na literatura sobre as diferenças entre as chamadas “passivas adjetivais” e “passivas verbais”. Essas diferenças são oriundas de uma distinção estrutural e não de uma diferença entre derivação “lexical” e derivação “sintática”. As passivas “adjetivais” – estativas, de fato – são criadas com um núcleo funcional sendo concatenado abaixo do núcleo que projeta os agentes; por outro lado, as passivas eventivas, agentivas são formadas com um núcleo funcional concatenado acima (ou junto) do núcleo que projeta agentes.

A observação a respeito de que verbos de forma passiva podem formar expressões idiomáticas (ou partes de expressões idiomáticas) apenas se forem estativos – e não eventivos – foi feita por Ruwet (1991), levando em consideração dados do inglês e do francês. Em (8), vemos alguns exemplos do francês, de passivas estativas em expressões idiomáticas (exemplos de Ruwet, 1991). Não existem expressões idiomáticas similares com interpretações eventivas.

(8)

- a. Chaque chose à sa place, et les vaches seront bien gardées.
Lit. Cada coisa em seu lugar, e as vacas estarão bem guardadas.
Cada coisa em seu lugar, e tudo estará bem.
- b. Cet argument est tiré par les cheveux.
Lit. Este argumento foi puxado pelos cabelos.
Este argumento é rebuscado/sofisticado.

A mesma diferença entre passivas e estativas foi percebida por Dubinsky & Simango (1996) para a língua chichewa, como aparece em (9). Vale repetir: os estativos podem figurar em expressões idiomáticas, mas as passivas eventivas não. Ao contrário do francês e do inglês, o chichewa usa diferentes itens do vocabulário para passivas e estativas, ou seja, diferentes sufixos.

(9)

- a. Chimanga chi- ku- gul -idwa ku-msika.
milho CONC-PROG-comprar-PASSIVA em mercado
‘O milho está sendo comprado no mercado’.
[não há interpretação idiomática, nenhuma possível com a passiva]
- b. Chimanga chi- ku- gul -ika ku-msika.
milho CONC-PROG-comprar-ESTATIVA em mercado
‘O milho está barato no mercado’.
[interpretação idiomática de “comprar” no contexto estativo]
- c. Chaka chatha chimanga chi- na- lim -idwa.
ano passado milho CONC-PROG-cultivar-PASSIVA
‘No ano passado, o milho foi cultivado’.
- d. Chaka chatha chimanga chi- na- lim -ika.
ano passado milho CONC-PROG-cultivar-ESTATIVA
‘No ano passado, o milho foi abundante’.

A situação em chichewa, em que o verbo passivo (que, como entidade fonológica se parece exatamente com um verbo estativo) não pode ter um significado especial, ilustra como o domínio dos significados especiais pode ser menor do que uma palavra. Vale lembrar:

algumas palavras podem não ter significados especiais (como uma questão de princípio gramatical).

A terceira afirmação (7c), identificando o núcleo que projeta o agente como uma barreira para significados especiais, é confirmada por Ruwet (1991), que percebe que, em inglês e francês, uma construção causativa não pode ter leitura idiomática, a menos que o verbo mais baixo seja não-agentivo. Por isso, as expressões idiomáticas em (10a-c) envolvem predicados mais baixos não-agentivos, e algo do tipo “fazer X nadar” não pode induzir uma leitura especial para a raiz “nadar” que não esteja presente sem “fazer”. Alguns exemplos de construções causativas idiomáticas do francês em (10e,f), de Ruwet (1991), mostram novamente que o predicado mais baixo deve ser interpretado como não-agentivo.

(10)

- a. Fazer vista grossa.
- b. Fazer um negócio da China.
- c. Fazer tempestade em copo d'água.
- d. *Fazer alguém nadar/soltar uma pipa/etc. (com apenas significado causativo puro acima de interpretação independente do VP mais baixo)
* = a interpretação idiomática não é possível
- e. Marie a laissé tomber Luc.
'Marie abandonou Luc'.
- f. On lui fera passer le goût du pain.
Lit. Vamos fazer ele passar o gosto do pão.
'Vamos matá-lo'.
- g. *Marie a laissé/fait V (NP) (à) NP*, com o significado especial de “V” não disponível fora da construção causativa, onde o NP* seja um agente.

Em línguas como o japonês, em que verbos leves causativos se realizam como afixos na raiz verbal mais baixa, a restrição sobre os domínios de significado especial sugere que os verbos causativos derivados com raízes agentivas não podem ter significado especial idiomático. Estudos de Kuroda (1993), Miyagawa (1995) e Harley (1995) confirmam essa predição, como vemos pela expressão idiomática causativa em (11a) e pela impossibilidade da expressão idiomática causativa em (11b):

(11)

- a. tob-ase “voar-fazer” = demover alguém para um lugar remoto – causativo direto (VP mais baixo não agentivo) com interpretação idiomática.
- b. suw-ase “fumar-fazer” = fazer alguém fumar – causativo indireto (VP mais baixo agentivo); não é possível efetuar uma leitura idiomática que não esteja presente quando a raiz é usada independentemente de *-sase*)

Assim como acontece com os verbos passivos em chichewa, também os verbos causativos em japonês servem para ilustrar como certos significados especiais para as palavras podem ser bloqueados, ao contrário da intuição principal que subjaz ao Lexicalismo.

2.3 CORRESPONDÊNCIAS ESPECIAIS ENTRE ESTRUTURA E SIGNIFICADO: O LÉXICO COMO O LUGAR DA COMPUTAÇÃO COM A MESMA FUNÇÃO QUE A COMPUTAÇÃO SINTÁTICA. SÓ QUE DIFERENTE

A ideia por trás do Lexicalismo é que, enquanto a interpretação de morfemas na estrutura sintática é regida por regras gerais, a combinação lexical de morfemas dentro das palavras pode ter significado composicional especial – ou nem precisa de significado, caso alguma combinação estrutural de morfemas seja interpretada como se fosse uma raiz monomorfêmica. A intuição importante por trás dessa ideia é que as palavras derivadas ficam na mesma classe das raízes, em oposição às composições sintagmáticas de palavras, no que diz respeito à relação entre estrutura e significado.

No artigo “‘Cat’ as a frasal idiom” (Marantz, em preparação), eu defendo a ideia de que não existem correspondências especiais entre estrutura e significado em **lugar nenhum**, nem dentro das palavras, nem dentro dos sintagmas (dou, assim, apoio à Gramática Construcionista – cf. Goldberg, 1995 – ao dizer que as estruturas carregam significado; todavia, eu rejeito o principal pressuposto da Gramática Construcionista, a saber: que tais significados podem ser específicos de cada estrutura em vez de serem gerais para uma língua e geralmente universais – cf. Marantz, 1992). Aquilo que você vê é aquilo que você recebe. Ou seja: se a morfofonologia justifica a decomposição em uma estrutura complexa de nós terminais, a sintaxe deve criar essa estrutura, e ela deve ser interpretada de maneira normal por tais construções (com, é claro, a possibilidade de que as raízes na construção possam ter significados especiais no contexto de (elementos da) construção).

Dessa forma, por exemplo, a palavra “transmission” [‘transmissão’] não pode significar o mesmo que “blick” poderia significar, e “kick the bucket” [‘bateu as botas’] não pode significar “die” [‘morrer’] (cf. Ruwet, 1991 e Nunberg et al., 1994). Substantivos como “transmissão”, “ignição” e “administração” carregam a implicação semântica de sua estrutura interna, que inclui um morfema pré-verbal aspectual, um radical verbal e um sufixo formador de substantivo. Se essas palavras fazem referência a coisas, então essas coisas devem ser algo realizado – e é esse realmente o caso aqui. Como muitos linguistas já notaram, “morrer” não tem as mesmas propriedades aspectuais de “bater as botas”, que em si mesmo carrega as implicações semânticas de um sintagma verbal transitivo com um objeto direto definido (por isso, “bater as botas” é semelhante – em termos aspectuais – ao verbo “pass away” [‘falecer’], ao passo que “morrer” se parece mais com “jump” [‘pular’] ou, talvez, “fall” [‘cair’]). Assim, é possível dizer “he was dying for three weeks before the end” [‘ele esteve morrendo por três semanas antes de chegar seu fim’], mas não é possível dizer “*he was kicking the bucket for three weeks...” [‘ele esteve batendo as botas por três semanas...’].

Se é ou não correto afirmar que toda combinação estrutural de morfemas é interpretada de maneira regular, sem exceções, o que importa mesmo aqui é que ninguém mostrou (e nem ao menos tentou mostrar) que as palavras têm correspondências especiais entre estrutura e significado de uma forma que as expressões idiomáticas não têm. Ou seja, eu gostaria de insistir aqui que nem as expressões idiomáticas nem as palavras derivadas têm correspondências especiais entre estrutura e significado. Contudo, é suficiente que essa questão das correspondências especiais entre estrutura e significado não se coloque para a Palavra. A mesma discussão se coloca para as expressões idiomáticas.

E o que dizer da intuição subjacente ao Lexicalismo de que as palavras são especiais? Creio que essa intuição resulta da confusão entre o papel das raízes e o papel das Palavras na língua. As raízes é que são coisas com significado especial. Geralmente (ou muitas vezes), existe uma raiz/Palavra. As categorias funcionais que se ligam às raízes nas Palavras geralmente incluem fronteiras que separam domínios de significado especial. Então, muito frequentemente, as palavras são ilhas de significado especial. E elas geralmente também são identificadas pelo conteúdo de suas raízes, em que as raízes são os itens sujeitos a significados contextuais especiais.

3. “REMARKS ON NOMINALIZATION” ANIQUILA O LEXICALISMO

O texto “Remarks on Nominalization” [‘Observações sobre a nominalização’] de Chomsky (1970) é frequentemente identificado como o lugar de nascimento do Lexicalismo. Mas exatamente sobre o que “Remarks” está falando? – ou, para colocar a questão de outro modo, qual é a relação entre as observações sobre a nominalização e a teoria X-barras, que também foi introduzida nesse artigo?

Derivar nominalizações de sentenças – por exemplo, (12c) de (12a) – foi uma tentativa de preservar a definição distribucional das categorias gramaticais. Verbos nominalizados desafiavam a caracterização distribucional, já que eles parecem partilhar algumas propriedades distribucionais com verbos – a habilidade de tomar complementos e sujeitos, por exemplo – enquanto partilham outras propriedades distribucionais com os nomes (por exemplo, propriedades morfológicas). Se verbos nominalizados fossem de fato verbos no componente categorial da linguagem, então a sua distribuição não seria excepcional. Manter uma correspondência estrita entre distribuição e significado implicaria que “N” e “V” não necessitam ter quaisquer propriedades internas essenciais. “N”s seriam elementos que partilhariam distribuição e, portanto, partilhariam o significado, NPs contendo nominalizações teriam o significado de sentenças, como predito pela análise transformacional, e assim a argumentação se construía.

- (12) a. that John destroyed the city
 ’que o João destruiu a cidade’
- b. * that the city destroyed
 ’que a cidade destruiu’
- c. John’s destruction of the city
 ’a destruição do João da cidade’
- d. the city’s destruction
 ’a destruição da cidade’
- e. John’s destroying the city
 ’o destruir do João da cidade’

Os argumentos contra derivar nominalizações de sentenças eram bastante bem conhecidos e diretos na época em que Chomsky escreveu “Remarks”. Na verdade, ele mal toca neles.

Crucial para Chomsky são as consequências de abandonar a definição distribucional das categorias gramaticais. Se ambos, Ns e Vs, podem ter complementos e têm a relação núcleo/complemento interpretada semanticamente do mesmo modo, então N e V devem ser distinguidos por alguma propriedade interna, isto é, algum traço. A teoria X-barra diz que, essencialmente, todas as categorias gramaticais “lexicais” têm a *mesma* distribuição, tomando um complemento para formar um X’, que toma um especificador para formar o X-máximo; as categorias são diferenciadas (somente) pelos seus traços internos. Diferenças e similaridades entre categorias são ligadas a esses traços. Antes de “Remarks”, enquanto fonemas (nas teorias fonológicas estruturalistas) poderiam ser agrupados na mesma categoria (fonema) quando eles estavam em distribuição complementar, as palavras eram agrupadas na mesma categoria gramatical (N, V, Adj) quando elas *partilhavam* a distribuição. Depois da introdução da teoria X-barra, as categorias lexicais, como fonemas em teoria fonológica contemporânea, são identificadas e distinguidas por seus traços internos (por exemplo, o que emergiu finalmente como os traços categoriais +/- N, +/- V). A noção equivocada a respeito do que trata “Remarks” é exemplificada pela seguinte citação de Spencer (1991, p. 69): “Chomsky argumenta que transformações deveriam capturar correspondências regulares entre formas linguísticas e que informação idiossincrática pertencia ao léxico... nominalizações derivadas são morfológica, sintática e semanticamente idiossincráticas...”. Spencer apresenta uma interessante e inventiva leitura de “Remarks”, já que o artigo é principalmente sobre propriedades sintáticas e semânticas *sistemáticas* das nominalizações, não sobre suas propriedades idiossincráticas, e sobre por que essas propriedades sistemáticas não se seguiriam de nominalizações derivadas transformacionalmente a partir de sentenças. É muito difícil argumentar a partir de idiossincrasias – argumenta-se sobre diferenças sistemáticas. O que Chomsky realmente discute em “Remarks” está resumido na seguinte citação (Chomsky 1970, p. 17): “Podemos estender as regras de base para acomodar o nominal derivado diretamente (eu vou me referir a isso como a “posição lexicalista”), assim simplificando o componente transformacional; ou, alternativamente, nós podemos simplificar as estruturas de base, excluindo essas formas [as nominalizações], e derivá-las por alguma extensão do aparato transformacional (a “posição transformacional”).” Note que a questão crucial aqui é sobre estender as regras de base (isto é, permitir que Ns tomem complementos) e não sobre adicionar operações a um lugar chamado “o léxico”.

Chomsky não propõe “regras lexicais” especiais nem correspondências lexicais especiais entre estrutura e significado no seu “Remarks”. A “idiosincrasia” das nominalizações é relevante unicamente para o argumento contra derivar nominalizações de sentenças; o que é idiosincrático é a relação entre as nominalizações e qualquer sentença da qual elas possam ter sido derivadas. Dentro das teorias gerativas normais, com interpretação em estrutura profunda, a falta de equivalência semântica entre nominalizações e suas sentenças “correspondentes” era crucial.

Podemos atualizar a teoria de Chomsky exposta em “Remarks” em termos da Estrutura Sintagmática Nua (‘Bare Phrase Structure’) contemporânea (Chomsky, 1995): nominalizações como “destruction” [‘destruição’] e “growth” [‘crescimento’] em (12c, 13d) (contrariamente aos gerúndios em *-ing*) nunca são “verbos” em qualquer estágio da derivação e, assim, DPs como aqueles em (12c, 13d) não são relacionados transformacionalmente a sentenças como (12a, 13a,b). Raízes como $\sqrt{\text{DESTROY}}$ [‘destruir’] e $\sqrt{\text{GROW}}$ [‘crescer’] (tomando emprestada a notação de Pesetsky, 1995) são categorialmente neutras, neutras quanto a N ou V. Quando as raízes são colocadas em um ambiente nominal, o resultado é uma “nominalização”; quando as raízes são colocadas em um ambiente verbal, elas se tornam verbos.

- (13) a. **that John grows tomatoes**
 ‘que o João cresce tomates’
- b. that tomatoes grow
 ’que tomates crescem’
- c. * **John’s growth of tomatoes**
 ‘o crescimento do João de tomates’
- d. **the tomatoes’ growth**
 ’o crescimento de tomates’
- e. John’s growing tomatoes
 ‘o crescer de tomates pelo João’
- f. tomatoes’ growing (there would surprise me)
 ’o crescer de tomates (me surpreenderia)’

Para efeitos de completude, e para uma extensão do argumento de Chomsky, eu incluo abaixo uma terceira classe de raízes, aquela de $\sqrt{\text{BREAK}}$ [‘quebrar’], que apresenta

nominalizações que não tomam nenhum argumento, nem mesmo o argumento correspondente ao sujeito intransitivo do uso verbal da raiz.

- (14) a. that John breaks the glass
'que o João quebre o vidro'
- b. that the glass breaks
'que o vidro quebre'
- c. * John's break of the glass
'a quebra do vidro pelo João'
- d. * the glass's break
'a quebra do vidro'
- e. * the break of the glass
'a quebra do vidro'
- f. the break in the glass
'a quebra no vidro'

Para Chomsky, o que explica o comportamento *sistemático* das nominalizações, em oposição ao comportamento dos verbos nas sentenças, é que, enquanto certas operações atuam igualmente em sintagmas encabeçados por N ou encabeçados por V (por exemplo, movimento do NP na passivização e na construção “the city’s destruction *t*” [‘a destruição da cidade’]), certas estruturas sintáticas exigem o ambiente verbal. Em particular, o agente do verbo “grow” transitivo em (13a) não é um argumento da raiz $\sqrt{\text{GROW}}$, mas é um tipo de agente causativo projetado somente em um ambiente verbal (como é o sujeito causativo de verbos psicológicos como “amuse” [‘divertir’], entre outros).

Podemos rever rapidamente por que a assimetria sistemática entre nominalizações e sentenças apresenta um problema empírico de tal importância para a teoria sintática, um problema que não tem qualquer relação com propriedades idiossincráticas das raízes e das palavras envolvidas. Verbos da classe de “grow” são tanto transitivos quanto intransitivos (aparentemente inacusativos, já que o papel semântico do objeto transitivo aparece no sujeito intransitivo), mas suas nominalizações são apenas transitivas. Verbos da classe de “destroy” exibem o comportamento de imagem no espelho: eles são apenas transitivos (veja (12b)), mas suas nominalizações podem ser transitivas ou intransitivas. Adicionalmente, esse comportamento paradoxal (do ponto de vista da derivação das nominalizações a partir de sentenças) é parte de padrões amplos, gerais, e não exemplifica propriedades especiais de

palavras especiais. Assim, verbos com propriedades temáticas similares a “destroy” resistem à alternância transitivo/incoativo e a impossibilidade de “John’s growth of tomatoes” [‘O crescimento dos tomates pelo João’] reflete restrições gerais sobre o papel semântico de “X” em “X’s N of Y” (veja, entre outros, Pesetsky, 1995, para discussão).

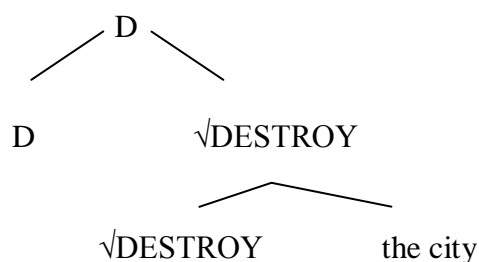
A categorização (semântica) exata das raízes, que prediz seu comportamento variável em ambientes nominais e verbais, não é importante aqui (embora identificar essas categorias seja, evidentemente, essencial para a teoria sintática). O ponto importante é que existem tais categorias, elas não são muitas e uma ou outra categoria (ou talvez múltiplas categorias) pode ser atribuída a todas as raízes. Há uma questão adicional (que não discutiremos) relativa a se as categorias refletem traços das próprias raízes ou, antes, traços dos nós funcionais que servem como contexto para a inserção das raízes. As classes em (15) devem muito a Levin & Rappoport Hovav (1995).

(15) <u>raiz</u>	<u>classe</u>
√DESTROY	mudança de estado, não causada internamente (portanto, implica agente ou causa externa)
√GROW	mudança de estado causada internamente
√BREAK	resultado (da mudança de estado)

Entre os núcleos funcionais em cujo ambiente as raízes se tornam verbos (esses núcleos podem ser “aspectuais” em algum sentido), um – chamemos a ele “v-1” – projeta um agente, enquanto um outro – que chamaremos “v-2” – não projeta. Esses “vezinhos” poderiam ser os diferentes sabores de um mesmo núcleo, ou talvez haja alguma explicação unificada segundo a qual um único núcleo opcionalmente projeta um agente e, assim, cobre tanto v-1 quanto v-2. Os detalhes não nos interessam aqui. Crucialmente, há uma aparente incompatibilidade entre v-2 e raízes verbais que implicam causa externa ou agente, como √DESTROY – veja (12b). É possível que uma leitura “média” seja forçada quando v-2 é combinado com essa classe de raízes (“These carefully constructed sets will destroy easily during the crucial earthquake scenes of the movie” [‘Esses cenários construídos cuidadosamente vão destruir facilmente durante a crucial cena de terremoto do filme’]), ou que tal combinação nunca encontre uma interpretação semântica.

A árvore em (16) mostra que o uso nominal da raiz √DESTROY – assumimos que a concatenação (*merging*) de uma raiz com “D” coloca-a num contexto nominal – numa árvore que usa uma notação modificada de Bare Phrase Structure.

(16) the destruction of the city, the city's destruction

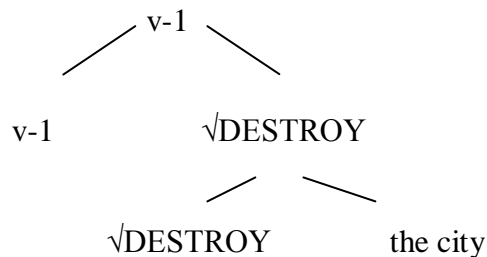


O truque para fazer essa instanciação particular da análise de Chomsky funcionar é conseguir a interpretação agentiva para o possuidor do DP em (16) sem permitir que o núcleo v-1 apareça nessa construção. Se v-1 estivesse envolvido na interpretação agentiva de “John’s destruction of the city”, então não haveria nenhum modo sistemático de excluir “John’s growth of tomatoes”, já que v-1 poderia igualmente aparecer dentro dessa nominalização. Contudo, o comportamento geral dos possuidores de NPs permite-nos esperar que o possuidor de uma mudança de estado causada externamente seja (ou possa ser) interpretada como o causador. Essencialmente, “possuidores” de NPs podem ser interpretados em praticamente qualquer tipo de relação semântica com respeito ao NP possuído que pode facilmente ser reconstruído a partir do significado mesmo do possuidor e do possuído. (Considere, por exemplo, “yesterday’s destruction of the city” [‘a destruição de ontem da cidade’]). É crucial que o “causador” possessivo de “John’s destruction of the city” **não** seja um agente do tipo projetado por v-1, mas, antes, exatamente o tipo de agente implicado por um evento com causa externa e não interna.

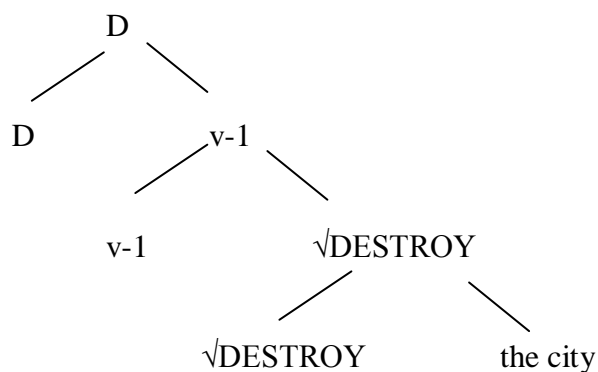
Não é particularmente perspicaz neste contexto dizer que, em sentenças como “The US destroyed the city” [‘Os Estados Unidos destruíram a cidade’] ou “Neglect destroyed the city” [‘A negligência destruiu a cidade’], a interpretação autorize agentes ou causas entre a causa identificada mais alta (“US” e “neglect”) e a destruição física real (realmente causada por exércitos, talvez, no primeiro caso, talvez vândalos no segundo). Como em “the city’s destruction”, a existência da causa direta da destruição em tais exemplos deve ser implicada pela raiz. A plausibilidade da análise repousa no que nós já tentamos mostrar: “John” em “John’s destruction of the city” e “John destroyed the city” podem receber interpretações similares por diferentes meios sintáticos, em que as diferentes fontes de interpretação podem ser independentemente defendidas.

O v-1 que projeta agente e que serve para “verbalizar” raízes em seu ambiente ocorre evidentemente na sentença em (17), mas também na nominalização em *-ing* de (18). Essas nominalizações em *-ing* são verdadeiras “nominalizações” dentro do presente arcabouço teórico; diferentemente de “destruction” e “growth”, por exemplo, essas formas em *-ing* contêm tanto um ambiente verbalizador (v-1) quanto um ambiente nominalizador (D) e, assim, são realmente nomes feitos a partir de verbos.

(17) John destroyed the city [‘O João destruiu a cidade’]

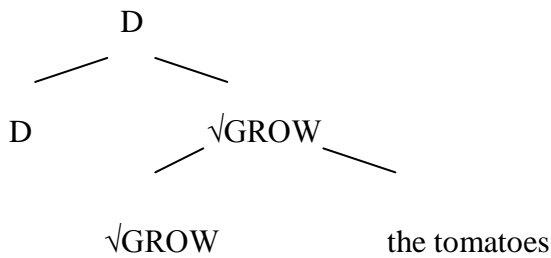


(18) John’s destroying the city
(provavelmente há mais núcleos entre D e v-1, e.g., para *-ing*)



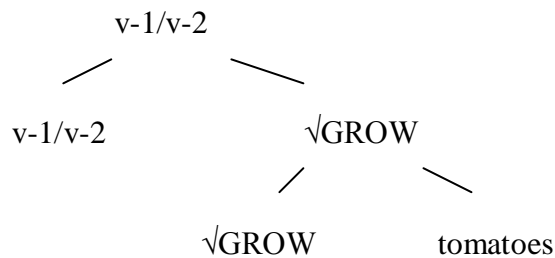
O aspecto crucial da análise de Chomsky é a observação de que a raiz √GROW, diferentemente da raiz √DESTROY, é não agentiva. Como consequência, quando √GROW é colocado em um ambiente nominal, como em (19), não há nenhum argumento agentivo para o sintagma possessivo, e nós conseguimos somente “the growth of the tomatoes” [‘o crescimento dos tomates’] ou “the tomatoes’ growth” [‘o crescimento dos’]. Contudo, num ambiente verbal como (20), um agente sintaticamente projetado pode aparecer, fornecendo “John grows tomatoes.”

(19) growth of the tomatoes



Dado que a raiz em (19) se refere a uma mudança de estado causada internamente, o complemento da raiz será interpretado tanto como o tema quanto como a causa interna. O possuidor do “growth of tomatoes” pode ser interpretado como vagamente responsável pelo crescimento de tomates, mas não há fonte para uma interpretação de “agente v-1”. Como mudança de estado causada internamente, $\sqrt{\text{GROW}}$ é incompatível com um agente externo do tipo implicado por $\sqrt{\text{DESTROY}}$.

(20) John grows tomatoes, tomatoes are growing
 ‘João cresce tomates, tomates estão crescendo’



Chomsky resolve o aparente paradoxo — da obrigatoriedade de “destroy” transitivo dar lugar a “destruction”, que se alterna entre transitivo ou intransitivo, e de “grow”, que tem alternância transitivo/intransitivo fornecer obrigatoriamente “growth” intransitivo — propondo que o agente de “grow” esteja restrito à projeção no ambiente verbal, ao passo que o agente de “destroy” seja de algum modo deduzido a partir da raiz. Ainda assim, a raiz $\sqrt{\text{GROW}}$, nomeando uma mudança de estado causada internamente, implica um tema, que aparece como um objeto tanto do “grow” verbal quanto do “growth” nominal. Aparentemente, tudo se passa como se a raiz de $\sqrt{\text{BREAK}}$ em (14) nomeasse um estado final, não um evento de mudança de estado. O ambiente verbal fornecerá, sintaticamente, uma mudança de estado e, conseqüentemente, um tema e mais, opcionalmente, um agente externo

(se v-1 é escolhido) – veja (14a,b). A forma nominal nomeia um estado final, um “break” [quebra], e não toma complementos (veja (14c-f)).

O argumento de Chomsky contra o léxico é bastante direto. Se nós derivássemos palavras no léxico, nós derivaríamos o “grow” transitivo lá e nada nos impediria de também derivar a nominalização “growth” com significado transitivo. A única coisa que poderia impedir o transitivo causativo “growth”, então, seria alguma estipulação, como “não faça nominalizações a partir de verbos que são causativos de verbos de mudança de estado com causadores internos”. No entanto, a impossibilidade de “growth” causativo é imediatamente explicada se a morfologia derivacional for sintática e não lexical, e se a única fonte estrutural de agentes for um núcleo (v-1) que verbaliza uma raiz em seu ambiente.

Eu acredito que o argumento de Chomsky feito a partir das nominalizações é o tiro de misericórdia no léxico gerativo. Entretanto, uma resposta natural a esse argumento pode ser uma tentativa de limitar sua extensão. Bem, pode-se argumentar que *agentes* de alguns tipos de fato são projetados sintaticamente, e não são realmente argumentos de alguns verbos com os quais eles aparecem na sintaxe. Assim, o “grow” causativo não é, de fato, lexical. Mas as nominalizações (e as passivas adjetivais, etc.) ainda são lexicais. Algumas derivações seriam lexicais, outras (como a derivação do “grow” causativo) seriam sintáticas.

Esse contra-argumento é, evidentemente, sem força, a menos que ele seja acompanhado de alguma caracterização independente “lexical”, isto é, de alguma noção do que se correlacionaria com os processos derivacionais que são lexicais em oposição aos sintáticos. Todos concordarão que há diferentes domínios da gramática; vimos acima, por exemplo, que domínios sintáticos determinam os gatilhos contextuais possíveis para os “sentidos especiais” das expressões idiomáticas. Como diagramado acima em (16) e (18), há um sentido real (sintático) em que “destruction” é menor que “destroying”, dado que este último item inclui um núcleo verbalizador que falta no primeiro. Essa diferença se correlacionaria com outras diferenças, que seriam dependentes do domínio sintático. Porém, no caso das nominalizações, o que poderia se correlacionar com a derivação “lexical” de “growth” e “destruction”, se a dicotomia sintático/lexical fosse real?

O argumento de Chomsky construído a partir de “growth” pode ser fortalecido no sentido de que pode ser estendido como um argumento contra qualquer noção de que o léxico relaciona sons especiais a significados especiais. Note que a raiz $\sqrt{\text{RISE}}$ pertence à classe da de $\sqrt{\text{GROW}}$ e/ou à classe de $\sqrt{\text{BREAK}}$, como vemos em (21)-(22). Quando elevadores “sobem”, isso provavelmente é interpretado como uma mudança de estado causada internamente. Quando eu “levanto” o meu copo, eu penso que a interpretação não favorece a

implicação de uma causa interna. Contudo, no contexto de equipamentos para construção, eu penso que alguém poderia dizer “eu levantei o guindaste dois andares” com a leitura de causa interna preservada, paralela, portanto, à de “I grew tomatoes” [‘eu cultivo tomates’].

- (21) a. the elevator is **rising** [v-2]
 ‘o elevador está subindo’
 b. John is **raising** his glass [v-1]
 ‘João está levantando o seu copo’

Note que “rise” [‘subir, levantar’] tem uma pronúncia especial no seu uso transitivo, “raise”— no contexto de v-1. Como prediríamos para um verbo da classe tanto de $\sqrt{\text{GROW}}$ quanto de $\sqrt{\text{BREAK}}$, a nominalização transitiva “raise” não é permitida, como em (22a) (Eu escrevo “raise” ao invés de “rise,” mas, na esteira do que foi dito, dado que v-1 não aparece dentro dessas “nominalizações”, o contexto para a pronúncia especial de $\sqrt{\text{RISE}}$ como “raise” está ausente). Na sua leitura de evento internamente causado ao estilo de $\sqrt{\text{GROW}}$ o nominal intransitive “rise” pode tomar um argumento, como em (22b). Na sua leitura de causa não interna, o nominal “rise”, como “break”, não toma nenhum argumento (22c). Evidentemente, a nominalização do uso verbal de $\sqrt{\text{RISE/RAISE}}$ pode ser transitiva, como em (22c).

- (22) a. * John’s raise of the glass [sem v]
 ‘o levantamento de João do copo’
 b. The elevator’s rise to the top floor [sem v]
 ‘a elevação do elevador para o andar mais alto’
 c. ?? The rise of the glass [sem v]
 ‘ a elevação do copo’
 d. John’s raising of the glass [v-1]
 ‘o levantar do copo pelo João’

Raízes evidentemente podem tomar significados especiais não composicionais em ambientes particulares. $\sqrt{\text{RISE}}$ na verdade toma um significado especial no contexto de v-1, um significado não presente no contexto de v-2. De fato, o significado especial de (23a) é muito similar ao do “grow” causativo” — “to raise animals” [‘criar animais’] é paralelo a “to grow plants” [‘cultivar plantas’].

- (23) a. John raised a pig for bacon. [significado especial para o verbo “rise” no contexto de v-1]
 ‘João criou um porco para toicinho’
- b. * The pig raised/rose for bacon. [significado especial ausente sem v-1]
 ‘o porco criou para toicinho’

Crucialmente, mesmo se há um som especial e um significado especial para $\sqrt{\text{RISE}}$ no contexto de v-1, o item “raise” especial em (23) não tem mais direito de aparecer em nominalizações do que tem o “raise of glass” [‘levantamento de copo’] em (22a) — veja (24).

- (24) * John’s raise of the pig for bacon.
 ‘a criação do porco pelo João para toicinho’

Essa discussão revela um argumento mais geral contra o léxico do que aquele que emergiu da consideração apenas de “growth”: se o léxico armazena sons especiais e significados especiais e provê um lugar para a correlação entre sons especiais e significados especiais, então o “raise” causativo com som especial (para a forma causativa de “rise”) e o significado especial (‘raise animals’) devem ser formados no léxico. Mas agora não há nenhuma explicação de por que a nominalização do “raise” causativo com significado especial (ou significado não especial) ser impossível. Dissolvendo o léxico, nós voltamos diretamente para as questões que motivaram a morfologia e a fonologia lexical em primeiro lugar: quais são os domínios para a alomorfa contextual e a alossemia contextual (significados especiais em contextos particulares)? O fracasso do lexicalismo é simplesmente a falsificação de uma hipótese atrativa e razoável: que a “palavra” (em algum sentido) é um domínio privilegiado da gramática.

É importante notar que eu não estou afirmando aqui que há razões apriorísticas para rejeitar o Léxico ou que o desenho de gramática em (4) é conceitualmente superior àquele de alguma versão da teoria de Regência e Ligação casada com a morfologia e a fonologia lexical. Eu vou estrebuchar se eu ler ou ouvir alguém sumarizando este artigo como “Marantz argumenta que a teoria gramatical seria mais simples sem um léxico” ou “o artigo mostra que a Morfologia Distribuída, com seu Vocabulário e sua Enciclopédia, é conceitualmente superior às teorias lexicalistas”. O fracasso do lexicalismo foi um fracasso empírico nobre — ele fez predições falsas. A questão não é que teoria é mais simples e mais agradável; a questão é que teoria está correta.

REFERÊNCIAS

1. ANDERSON, Stephen. *A-Morphous Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
2. CHOMSKY, Noam. "Remarks on Nominalization," in *Studies on Semantics in Generative Grammar*, The Hague: Mouton, 1972,11-61.
3. CHOMSKY, Noam. "Bare Phrase Structure," in G. Webelhuth (ed.) *Government and Binding Theory and the Minimalist Program*. Oxford: Blackwell, 1995.
4. Di SCIULLO, Anna Maria; WILLIAMS, Edwin. *On the Definition of Word*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1987.
5. DUBINSKY, Stanley; SIMANGO, Sylvester Ron. Passive and stative in Chichewa: Evidence for modular distinctions in grammar. *Language* 72:749-81. *U. Penn Working Papers in Linguistics Volume 4.2*,1997.
6. GOLDBERG, Adele E. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
7. HALLE, Morris and MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In HALE, K.; KEYSER, S.J. (eds.)*The View From Building 20*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1993.
8. HARLEY, Heidi. *Subjects, Events and Licensing*. PhD dissertation, MIT, 1995.
9. HAYES, Bruce. Precompiled Phrasal Phonology. In: INKELES, S.; ZEC, D.(eds.)*The Phonology -Syntax Connection*, Chicago: The University of Chicago Press, 1990.
10. JACKENDOFF, Ray. *The Architecture of the Language Faculty*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1996.
11. KURODA, S.-Y. Lexical and Productive Causatives in Japanese: An Examination of the Theory of Paradigmatic Structure. *Journal of Japanese Linguistics* 15:1-81, 1993.
12. LEVIN, Beth; HOVAV, Malka Rappoport. *Unaccusativity*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.
13. LIEBER, Rochelle. *Deconstructing morphology*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
14. MARANTZ, Alec. *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1984.
15. MARANTZ, Alec. The Way-Construction and the Semantics of Direct Arguments in English: A Reply to Jackendoff. In:S TOWELL, T.; WEHRLI, E.(eds.) *Syntax and Semantics vol. 26*, New York: Academic Press, 1992.
16. MARANTZ, Alec. A Late Note on Late Insertion. In: KIM, Y-S et al. (eds.) *Explorations in Generative Grammar: A Festschrift for Dong-Whee Yang*, Seoul: Hankuk Publishing Co., 1993.
17. MARANTZ, Alec. "'Cat' as a phrasal idiom." MIT, manuscrito, a sair.
18. MIYAGAWA, Shigeru. (S)ase as an Elsewhere Causative and the Syntactic Nature of Words. *Journal of Japanese Linguistics* 1995, a sair.

19. NUNBERG, G.; SAG, I.; WASOW, T. Idioms. *Language* 70, 1994.
20. PESETSKY, David. *Zero Syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.
21. RUWET, Nicolas. On the Use and Abuse of Idioms. In: *Syntax and Human Experience*, Chicago: University of Chicago Press, 171-251, 1991.
22. SCHMERLING, Susan. Montague Morphophonemics. *CLS* 1983,1983.
23. SPENCER, Andrew. *Morphological Theory*. Oxford: Blackwell, 1991.